



A RENDA UNIVERSAL BÁSICA É A SAÍDA?

Gerson Gomes¹

A percepção de que as transformações digitais associadas à chamada 4ª Revolução Industrial podem ser potentes vetores de substituição das capacidades humanas e, portanto, fortes indutoras do aumento do desemprego suscitou, especialmente nas economias mais desenvolvidas, um interesse renovado pelos possíveis mecanismos compensatórios do desemprego tecnológico, colocando na ordem do dia o debate sobre renda básica universal, entendida como uma forma de garantir à população afetada um grau de atendimento mínimo de suas necessidades essenciais.

O reconhecimento dessa necessidade explicita a aceitação da incapacidade do modelo da sociedade globalizada contemporânea de gerar oportunidades de emprego suficientes, o que tende a reforçar a concentração da renda e a exclusão social.

Vale recordar que, do ponto de vista da dinâmica microeconômica do sistema produtivo, toda mudança tecnológica envolve uma redução potencial da ocupação da força de trabalho disponível. A introdução de uma nova tecnologia visa sempre ao aumento da produtividade – caso contrário, não teria sentido econômico –, o que significa realizar o mesmo nível de produção ou elevá-lo com menos insumos. Esse é um mecanismo essencial da concorrência entre as empresas e da acumulação de capital.

O problema atual é que as novas tecnologias podem levar o desemprego a níveis potencialmente desestabilizadores, tanto social como institucionalmente.

Note-se que mesmo inovações tecnológicas voltadas para o desenvolvimento de novos produtos, embora possam aumentar o emprego e a renda, principalmente nas cadeias produtivas de ponta, não alteram essa lógica. No limite, para expandir a produção dos novos produtos é fundamental que exista mão de obra qualificada disponível ou que seja possível liberar mão de obra de outros segmentos do sistema produtivo, com o nível de qualificação exigido pelas mudanças no padrão tecnológico. Isso, muitas vezes, implica modificar a estrutura setorial da produção à escala global e realocar geograficamente alguns de seus segmentos, estabelecendo novas modalidades de divisão internacional do trabalho, por exemplo, as cadeias globais de valor.

Mas a mudança tecnológica cumpre também um papel essencial como vetor de dinamização da economia. Isto porque o crescimento econômico supõe o aumento progressivo da produtividade do trabalho. E a sinergia entre esse aumento e a expansão da economia é a única maneira de compatibilizar a transformação tecnológica com a preservação e/ou expansão do emprego, como aliás aconteceu em períodos anteriores em que a soma das novas ocupações criadas pela mudança tecnológica com a ampliação extensiva das oportunidades ocupacionais derivadas do crescimento econômico permitiram manter a taxa de desemprego em níveis toleráveis.

O novo, no capitalismo contemporâneo, é a forte aceleração das mudanças tecnológicas, a interoperabilidade e sua maior transversalidade, características da 4ª revolução industrial e, paralelamente, o menor dinamismo das economias maduras, fatores que convergem no sentido de intensificar e tornar mais abrangente seu impacto sobre a estrutura ocupacional.

No caso dos países em desenvolvimento, essa questão adquire uma complexidade muito maior em função dos fatores estruturais que incidem sobre a esfera da distribuição. Existem duas maneiras constitutivas de ter acesso à renda e à riqueza geradas no processo econômico: a inserção produtiva no mercado de trabalho e a propriedade de meios de produção e de ativos financeiros. Outras formas supõem a mediação do Estado, seja através da oferta pública de bens e serviços sociais ou das políticas de distribuição de renda e proteção social. A exclusão de importantes segmentos da população dessas vias de acesso e a redução da capacidade do Estado de exercer essas funções, em decorrência das características estruturais desses países ou de políticas de desfinanciamento do setor público, acentuam a desigualdade social e aumentam a pobreza e a miséria, o que amplifica notavelmente a “clientela” de um eventual programa de renda básica de cidadania.

A globalização e a financeirização da economia mundial, com a abolição das fronteiras econômicas nacionais para um amplo grupo de países, introduzem ingredientes adicionais nesse quadro.

Muitas das consequências da transformação digital, atualmente em curso, não dependem tanto de sua extensão aos sistemas produtivos locais, mas sim dos efeitos indiretos derivados da perda de competitividade e do padrão de especialização produtiva impostos a esses países pela dinâmica tecnológica das economias líderes.

A abertura indiscriminada ao capital internacional tende a operar como um multiplicador dos impactos diretos e indiretos da atual revolução tecnológica.

Do mesmo modo, as mudanças realizadas por muitos países no marco regulatório do mercado de trabalho podem ampliar ou restringir esses impactos. Em situações de desemprego estrutural, a modificação nas modalidades de emprego e nas relações de trabalho orientadas à redução dos custos salariais e à fragilização do papel dos sindicatos como instrumentos de negociação e barganha dos trabalhadores tende a potencializar os efeitos negativos das novas tecnologias sobre o nível e condições de emprego, a renda e a proteção social dos trabalhadores, agravando os problemas de pobreza e desigualdade social preexistentes.

A combinação desse conjunto de elementos coloca algumas questões críticas para a viabilidade e alcances de um programa de renda básica universal nas chamadas economias emergentes.

Países com níveis elevados de desemprego estrutural, estruturas sociais heterogêneas e polarizadas com forte concentração da renda e da riqueza, mercados de trabalho desregulamentados, crescimento lento ou descontínuo e economias indiscriminadamente abertas tendem a ser mais vulneráveis aos impactos negativos dos processos de mudança tecnológica. Também são menos aptos a capitalizar as oportunidades por eles oferecidas e a realizar programas socialmente eficazes de renda básica.

Até porque não é fácil financiar um programa, necessariamente de grande dimensão, que atenda às necessidades sociais dos setores excluídos ou precarizados. Seria necessário criar um espaço fiscal – via uma reforma tributária progressiva, a criação de fundos soberanos para redistribuição das rendas dos recursos naturais ou outras modalidades similares – para poder avançar nessa esfera. E isso requer a construção de acordos complexos de âmbito político e social. Por isso, muitas vezes esses países recorrem à implantação de programas focalizados, de menor abrangência.

Mas um programa de renda básica de cidadania, embora não seja uma solução para a questão do desemprego tecnológico, pode, sim, ser um complemento temporário de um processo de transformação econômica e social orientado à construção de um novo padrão de desenvolvimento, o que supõe a existência de atores e condições políticas capazes de viabilizá-lo. Supõe também o crescimento sustentado da economia, sem o qual não há solução ao problema do emprego.

Resumindo, é nesse contexto que se insere o problema da renda básica nos países em desenvolvimento ou de menor desenvolvimento relativo.

É difícil que ela seja, por si só, uma “saída” para compensar as consequências sociais do desemprego tecnológico, mas é um paliativo necessário que deveria ser complementado com medidas e políticas que ajudem a construir um modelo de desenvolvimento socialmente mais inclusivo, ambientalmente sustentável e que reduza, ao invés de perpetuar, a desigualdade entre grupos sociais, regiões e países.



Gerson Gomes

Fundador e conselheiro do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI

É economista e dedicou sua trajetória profissional à temática do desenvolvimento econômico e social, tendo passado por instituições internacionais como CEPAL e FAO. Foi assessor econômico na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Fundador e conselheiro do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI.



NOTA

- 1 O presente texto se beneficiou dos comentários e sugestões, sempre pertinentes, do prof. Mariano Laplane.